

RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.656 - TO (2015/0116899-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **JOÃO CARLOS DI DOMENICO**
ADVOGADO : **MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO - DF017147**
RECORRIDO : **ESTADO DO TOCANTINS**
PROCURADOR : **FABIANO ANTÔNIO NUNES DE BARROS E OUTRO(S)**
INTERES. : **INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS - ITERTINS**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por João Carlos Di Domenico, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins assim ementado (e-STJ, fl. 216):

APELAÇÃO CÍVEL – DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO – OBRIGAÇÃO ASSUMIDA – FALTA DE PROVA DO ADIMPLEMENTO. O apelante não obteve êxito algum em demonstrar a impropriedade da cláusula ora apontada, sendo matéria de direito inequívoco que tal obrigação foi assumida por este, não lhe assistindo agora o direito de se eximir sob o pretexto de desconhecimento da referida ação de desapropriação, uma vez que este foi um dos pífios argumentos utilizados para ensejar a não assunção da referida obrigação financeira. Possibilitar ou promover no judiciário o debate de matéria que compôs o pedido, em específico quanto a validade da cláusula 4ª, que condicionou o negócio jurídico a uma sentença judicial em ação desapropriatória, seria extrapolar os limites do próprio pedido carreado pelo autor, de modo a macular a regra do artigo 128 do CPC. É de se ressaltar que a condição jurídica da cláusula ora contestada, em regra, implicaria um debate exclusivo no processo, sob pena de implicar em evidente supressão de instância, mesmo que o autor tenha suscitado o tema como fundamento fático e jurídico para o alcance de seu pedido. É de se concluir que tal mérito (da nulidade da cláusula) não se pode ser relegado ao plano de coadjuvante. Recurso conhecido e improvido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Alega a parte recorrente contrariedade ao art. 5º, *caput*, §§ 1º, 4º e 5º, da Lei n. 11.419/2006. Afirma que a intimação automática, sem publicação no DJe ou envio de *e-mails*, impediu a oposição de embargos de declaração pelo ora insurgente.

Aponta ofensa aos arts. 320, 481, 482, 485 e 489 do Código Civil. Aduz que é incabível a fixação de preço de maneira unilateral, ou seja, ao arbítrio apenas de uma das partes, sendo nula a cláusula contratual que possibilita esta hipótese.

Assevera, ainda, que houve violação do art. 70 do CPC/1973. Defende que a denunciação à lide é obrigatória no caso em tela, visto que cabia ao recorrido, por força de cláusula contratual, o pagamento da diferença apurada nos autos da ação

de desapropriação. Portanto, não subsistiria o direito de exigir do recorrente a responsabilidade pelo pagamento do montante apurado nos autos desta lide desapropriatória.

Por fim, alega que houve afronta ao art. 320 do Código Civil, uma vez que deve ser reconhecida a quitação integral do imóvel em virtude da emissão da certidão da quitação pelo Estado do Tocantins.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 277-286), o recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 287-289).

É o relatório.

Com respeito aos arts. 5º, *caput*, §§ 1º, 4º e 5º, da Lei n. 11.419/2006; 481, 482, 485 e 489 do Código Civil; e 70 do CPC/1973 e às teses a eles vinculadas, tem-se que mencionada questão não foi objeto de análise, nem sequer implicitamente, pela instância de origem.

Dessa forma, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

Incide no caso, portanto, o disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF, a seguir transcritas:

Súmula 282: "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida a questão federal suscitada."

Súmula 356: "O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Sobre o tema, os seguintes precedentes jurisprudenciais das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. DISPOSITIVO APONTADO COMO VIOLADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DISCUSSÃO ACERCA DA INCLUSÃO DA ÁREA COMO URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O recurso especial não merece ser conhecido em relação a questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF, por analogia).

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1.580.776/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/4/2016, DJe 3/5/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO, O QUE FAZ INCIDIR O VETO DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STJ. INVIABILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO LOCAL, SENDO APLICÁVEL O ÓBICE DA SÚMULA 280 DO STF.

1. Os temas referentes à violação dos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 2º, § 1º da LICC e 4º da Lei 8.906/04 não foram debatidos pelo Tribunal de origem, que se limitou a debater acerca da progressão funcional, vertical e horizontal, dos Servidores da carreira de Magistério do Estado de Roraima. Carecem, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

[...]

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.261.496/RR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 28/3/2016)

No que tange à questão de fundo, o Tribunal de origem concluiu que não houve prova do adimplemento, não sendo possível o reconhecimento da quitação.

Confira-se (e-STJ, fl. 204):

Desta feita, tenho que não merece guarida o pedido recursal que pretende uma declaração da quitação, uma vez que não houve prova de tal adimplemento.

Noutra banda, estou convicto que a indigitada cláusula não pode ter sua nulidade declarada de ofício, estando o magistrado adstrito a decidir dentro dos limites a que o pedido lhe fora entregue.

Assim, entendo que agiu acertadamente o magistrado de piso, ao negar a declaração de quitação quanto a obrigação descrita na cláusula 4ª, uma vez que inexistia prova de sua concretização.

Desse modo, para afastar o entendimento a que chegou a instância ordinária, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a pretensão recursal, a fim de declarar a quitação do imóvel, como sustentado neste recurso especial, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. A providência mostra-se inviável em recurso especial, conforme entendimento assentado na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator